

# Acordo com PDS garante votação hoje do substitutivo

BRASILIA — O Congresso Nacional deverá votar hoje, a partir das 10h30m, o substitutivo do Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Após a votação, será realizada uma outra sessão conjunta para a discussão de uma emenda governamental de reforma tributária de emergência, que, dependendo do número de oradores, poderá ser votada ainda hoje ou, no mais tarde, amanhã cedo.

Entendimento nesse sentido foi firmado ontem entre as Lideranças da Aliança Democrática e do PDS na Câmara e no Senado. Os termos da proposta de reforma tributária, discutidos pelos líderes da Aliança com o Ministro do Planejamento, João Sayad, serão submetidos ao Presidente José Sarney hoje, às 8h30m, na reunião do Conselho Político antecipada em função do início da sessão do Congresso.

Na reunião com os líderes da Aliança Democrática, os líderes do PDS na Câmara, Prisco Viana, e do Senado, Murilo Badaró, cobraram a inclusão na Ordem do Dia de hoje da reforma tributária de emergência, conforme acordo feito quinta-feira entre o Presidente do PMDB, Uly-

ses Guimarães, e do PDS, Senador Amaral Peixoto.

Até ontem à noite, a Aliança Democrática tentava ampliar o acordo feito com a frente municipalista. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, informou que havia ainda indefinição quanto à vigência do repasse do fundo de Participação dos Municípios (um por cento do orçamento da União) a partir de janeiro.

O Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que ficou encarregado de elaborar o substitutivo a ser votado hoje ou amanhã, disse que ainda havia possibilidade de aperfeiçoar, junto ao Governo, o acordo feito com os Prefeitos. A proposta é no sentido de criar o imposto sobre a transmissão de propriedade de veículos automotores usados, a ser repassado 50 por cento aos municípios e 50 por cento aos Estados.

Além disso, as Lideranças da Aliança Democrática estavam tentando também com as autoridades econômicas, segundo Irajá, desvincular do substitutivo o pagamento de encargos pelos municípios, e antecipar para a data da promulgação da emenda o repasse de um por cento do Fundo. Essas sugestões, feitas na

reunião pela Aliança Democrática aos líderes do PDS, foram bem recebidas, e Prisco Viana comentou: — O texto fica próximo daquilo que os Prefeitos desejam.

Os líderes do PMDB, Pimenta da Veiga e Hélio Gueiros, acreditam na possibilidade de aprovar ainda hoje a reforma tributária de emergência.

Segundo o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita, a emenda do Presidente procurará compatibilizar as reivindicações da Frente Municipalista com as concessões que o Governo pode fazer, dentro de suas limitações orçamentárias. De qualquer forma, antecipou, os encargos com o setor saúde será o mesmo transferidos aos Estados e municípios.

O Secretário de imprensa acrescentou que a emenda será uma síntese das proposições dos líderes no Congresso — que chegaram a firmar um acordo com a frente municipalista, não ratificado pelo Presidente Sarney —, dos Ministros da Área Econômica e das lideranças municipalistas.

A emenda do Presidente tem prioridade sobre qualquer outra.



O grupo de pressão dos militares cassados enche o gabinete do Presidente Ulysses Guimarães no seu rotatório pela Câmara

## Todos os partidos encaminham pedidos de destaques

BRASILIA — Ao final da tarde de ontem, todos os partidos já haviam encaminhado à Mesa do Congresso Nacional os requerimentos com pedidos de destaques e supressão de trechos do texto do substitutivo do Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR). PDT e PT pediram destaque para votar a emenda Ueque, de anistia ampla aos militares e servidores civis, o PTB para rejeitar os prazos diferenciados de desincompatibilização e o PDS para supressão de expressões que limitam a Constituinte.

O PDT pediu ainda destaque para votar a emenda do PT pela Constituinte autônoma e outra do Deputado Florêncio Paixão (PDT-RS) que propõe a revogação do chamado "sentulho autoritário". As duas posições eram contempladas pelo substitutivo do Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) derrotado às pressas pela Liderança da Aliança Democrática.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), desistiu de lutar pe-

la preferência de sua emenda convocando a Constituinte, porque foi avisado pelo líder do PMDB, Pimenta da Veiga (MG), que o partido pediria em plenário a inversão da pauta. Mas prometeu pedir destaque para rejeitar os prazos de desincompatibilização, acusando a Aliança Democrática de promover casuísticas ao fixar prazos diferenciados para Ministros, Secretários estaduais e Governadores.

O PDS pediu a supressão da expressão "... sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", no artigo primeiro do substitutivo que estabelece a composição da Assembleia por Deputados e Senadores unicameralmente. O líder do partido na Câmara, Prisco Viana (BA), explicou que a exigência corresponde à posição do PDS de "enxugar" o texto do substitutivo nos trechos onde ele pode limitar a Constituinte, ferindo a sua soberania. A supressão desse trecho, na Comissão Mista que

examinou a matéria, teve apoio de nove parlamentares, contra oito na última reunião.

Também os dois turnos de discussão e votação da nova Constituição, questão prevista para a sua promulgação, foram suprimidos no requerimento do PDS, sob o mesmo argumento da soberania da Assembleia. A aliança democrática já tinha certeza de que esses pontos polêmicos que envolvem a convocação da Constituinte seriam objeto de pedidos de destaque e reconhecida ontem que a votação seria tumultuada, examinando-se essas questões "caso a caso".

A anistia continua o ponto mais grave da polêmica, depois que a reforma tributária mereceu acordo de Pimenta da Veiga com os líderes do PDS na Câmara e no Senado, Prisco Viana e Murilo Badaró.

— O importante é que a essência da emenda estará em votação, ficando os acessórios para votação em separado — assegurou o deputa-

do Valmor Giavarina.

A Deputada Bete Mendes (SP) liderava ontem um movimento pela retomada da discussão do substitutivo de Bierrenbach ou, pelo menos, a inserção de alguns parágrafos dele no de Giavarina.

Bete apoia a luta dos militares cassados pela anistia ampla e ressarcimento integral de seus direitos e dizia contar com razoável facção do PMDB. Os Deputados do PDS mais próximos do Deputado Paulo Maluf (PDS-SP), emprestavam seu apoio ao PDT e ao PT, em choque direto com a linha traçada pela liderança pedessista.

O PT pediu destaque ainda para a emenda do Deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), que propõe a Constituinte exclusiva e pedirá a supressão de todo o parágrafo 1º do artigo 4º para atender às exigências dos militares cassados. Suprimido esse parágrafo, os marujos e praças serão contemplados, em número de mais ou menos 7 mil, pelos benefícios previstos na anistia.

## Aliança Democrática não teme que se amplie a anistia pela emenda Ueque

BRASILIA — Os líderes do PDS, no Senado e na Câmara, Murilo Badaró e Prisco Viana, estão preocupados com o fato de um pedido de destaque para votação em separado da emenda do Deputado Jorge Ueque (PMDB-RS), com o que não teriam condições de controlar suas bancadas e acabaria aprovada a anistia ampla, geral e irrestrita aos militares cassados — o que não desejam.

Apesar disso, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, não prevê dificuldades nesse ponto, por achar que exatamente nessa área o substitutivo do Deputado Valmor Giavarina representa um "avanço". Além disso, diz que sabe que seus liderados têm consciência de que não existe possibilidade material para conceder anistia a pessoas que não foram punidas por crimes políticos;

Para o líder Pimenta da Veiga, a revogação do Artigo 181 da Constituição atual, que os militares cassados desejam, é tarefa para a Consti-

tuínte (esse artigo impede que se recorra à Justiça contra atos baseados em Atos Institucionais).

Outro líder, o Deputado José Lourenço, do PFL, respondeu assim quando lhe perguntaram sobre a pressão dos setores civis, como a OAB, a favor da Constituinte exclusiva:

— Ora, 75% do povo não sabe nem o que é Constituinte...

Como Pimenta da Veiga, o líder em exercício do PMDB no Senado, Hélio Gueiros, declara que a emenda Ueque não passa porque há um consenso político em torno disso e não porque haja impossibilidade técnica, porque em princípio a possibilidade de aprovação de destaques em plenário existe. O que não há é disposição de fazer alterações.

Hélio Gueiros parte do princípio de que há o reconhecimento geral, no PMDB, de que não há como conseguir outro texto.

## Greve de fome no Congresso, a pressão dos cassados

BRASILIA — Cerca de 200 cabos da FAB e da Marinha e marujos cassados iniciaram ontem o meio-dia uma greve de fome no Congresso Nacional, numa pressão sobre as Lideranças da Aliança Democrática, PTB e PDS pela modificação do texto da anistia formulado no substitutivo do Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) em relação à emenda Ueque. Muitos trouxeram suas mulheres e permaneceram toda a tarde sentados no chão do salão verde. No início da tarde, foram ao gabinete do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, onde o Coronel-Aviador Ruy Moreira Lima, herói da guerra, fez um apelo patético pela extensão da anistia a 7 mil marujos e pelo ressarcimento dos salários atrasados. Lourenço ouviu em silêncio o apelo e prometeu procurar o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, que se recusou a receber os líderes militares.

Idêntica promessa fez mais tarde o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, espremido à porta de seu gabinete por cerca de 50 cassados, todos com as mãos para o alto carregando recortes de jornais sob a manchete: "Petrobrás readmite 600 cassados". Ulysses prometeu-lhes também negociar

mais uma vez junto ao Governo ("O Governo tem que estar a par de tudo"), mesmo que fosse preciso "atravessar a madrugada".

O Presidente da Câmara e do PMDB ficou de posse de um texto dos cassados, no qual consideram, está o ideal para atender "as suas reivindicações e contestou a colocação do Coronel Moreira Lima de que os Ministérios militares não opunham qualquer resistência ao ressarcimento dos salários atrasados.

— Isso não é verdade — disse Ulysses. — É preciso cuidado com as palavras. Isso é um equívoco.

Sempre com a ameaça de lutar na campanha eleitoral contra o PMDB — "que mudou o discurso" —, os militares cassados procuraram o gabinete do PDS, onde ouviram que teriam de começar a luta pela modificação do texto junto ao líder do PMDB, Pimenta da Veiga.

O cabo da FAB Paulo Ferreira, um dos mais exaltados, ameaçava "virar a mesa", quando soube que Pimenta da Veiga não o receberia em seu gabinete. Na última sessão da Comissão Mista que aprovou o substitutivo Flávio, Pereira, de do em riste, havia feito idêntica ameaça a Pimenta.

Os cassados apelaram ainda ao líder do PMDB no Senado, Hélio Gueiros (PA), que pediu-lhes paciência e que tentassem negociar outra fórmula no futuro. Um manifestante foi impedido de estender uma enorme faixa amarela pedindo "Anistia já" e discutiu com o agente de segurança da Câmara, que lhe dava essa ordem. Mas um colega seu, cassado, arrancou-lhe a faixa das mãos e disse aos berros: "Não pode, então tem que obedecer! Não vamos fazer baderna!"

Nesse clima de revolta e tumulto os militares cassados obtiveram o apoio de PDT e PT e de representantes do PMDB como a deputada Bete Mendes, que se mobilizava para tentar inserir no substitutivo Giavarina o trecho original da anistia de Flávio Bierrenbach.

Até o início da noite, eles aguardavam, com a mesma revolta, ansiedade e impaciência, uma resposta da Liderança do PMDB, expectativa originada em promessa de Ulysses Guimarães.

— Está difícil controlar o pessoal e a coisa tá ficando ruim — comentava o Segundo-Tenente da Marinha Ferro Costa, um dos líderes do movimento.



No Salão Verde, militares e suas famílias descansam no chão, durante a greve de fome

## Corrida tenta evitar benefício para Riocentro

BRASILIA — O substitutivo da Comissão Mista daria anistia aos autores do crime do Riocentro e de quaisquer outros delitos similares praticados depois da anistia de 1979; a esta conclusão chegaram, durante a tarde de ontem, vários parlamentares do PMDB, que articularam junto ao Presidente do Partido, Ulysses Guimarães, um pedido de destaque para eliminar essa possibilidade, corrigindo-se o texto.

O Secretário-Geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, foi um dos parlamentares que procuraram o relator Valmor Giavarina durante a sessão da tarde para discutir a questão. Cardoso Alves estava convencido de que os envolvidos no Riocentro seriam anistiados. Já o Deputado João Gilberto, especialista do partido em Direito Eleitoral e Constitucional, acha que o texto não é suficientemente claro, e permite, no mínimo, uma dúvida que só poderia ser dirimida pela Justiça, caso o texto seja aprovado pelo Congresso como está.

Os Deputados Bete Mendes (SP), Hermes Zanetti (RS) e Luis Guedes (MG) levaram a questão a Ulysses Guimarães, que prometeu interceder junto ao líder Pimenta da Veiga, no sentido de apresentar destaque para retificar o texto. O Relator, Valmor Giavarina, que também pode, segundo o Regimento, apresentar destaques em plenário, mostrava-se inclinado a fazê-lo, no início da noite.

A ambigüidade que permite a interpretação de que ficariam anistiados os envolvidos no Riocentro está no artigo quarto do substitutivo e seus parágrafos primeiro e segundo. O parágrafo segundo restringe a anistia que está sendo concedida aos crimes "previstos no caput", praticados entre 2 de setembro de 1961 e 25 de agosto de 1979 — data da lei de anistia. O caput, ou seja, a cabeça ou início do artigo, prevê a anistia para os punidos por atos de exceção. Mas o parágrafo primeiro ficaria livre da restrição do parágrafo segundo, e nele se concede anistia "aos autores de crimes políticos ou conexos" — e aí poderia ser incluído o caso Riocentro.

A solução estaria na eliminação, por destaque, da expressão "previstos no caput", no parágrafo segundo. Com isto, a anistia alcançaria apenas os crimes ocorridos até 1979.

## PT com ajuda de pedessistas tenta obstruir a votação

BRASILIA — Uma verdadeira briga regimental marcou ontem a discussão do substitutivo à emenda do Governo de convocação da Constituinte: durante mais de quatro horas do PT e alguns deputados do PDS, malufistas, tentaram obstruir a tramitação da matéria através de denúncias de artifícios.

Depois de sucessivas incursões no sentido de evitar a votação da emenda hoje, o Deputado José Genoíno (PT-SP), já no final da sessão, denunciou que o substitutivo não contava com as 159 assinaturas exigidas pelo Regimento. Segundo ele, há 161 assinaturas que constam do substitutivo — Raimundo Asfora (PMDB-PA), João Agripino (PMDB-PE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — são de apoio, o que não vale na contagem geral. Além disso prosseguiu Genoíno, o substitutivo tem a assinatura do Deputado Jorge Medauar (PMDB-BA), que está há dez dias em Nova York. O tumulto estava armado, e aumentou quando o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) correu ao microfone de apertar para dizer que sua assinatura constava ilegalmente do substitutivo.

Genoíno não concordou com ele. A assinatura foi usada inadequadamente. Peço que seja retirada. Genoíno apoiou e o deputado Elquison Soares (PDT-BA), engrossando o grupo que tentava obstruir a discussão, exigiu que fosse nomeada uma comissão de inquérito para investigar o caso. Em meio ao bate-boca nos microfones de aparte, que tiveram de ser designados várias vezes, o Senador Martins Filho (PMDB-RN), na Presidência dos trabalhos, comprovou que Zanetti havia assinado o substitutivo, e encerrou o caso.

O relator da emenda, Valmor Giavarina, Vice-Líder do PMDB, explicou que Zanetti assinou uma espécie de cheque em branco, e atacou: — Quem assinou papel em branco foi idiota. E evidente que em um dia não poderíamos ter colhido todas essas assinaturas. Pedimos assinatura para o caso de um eventual substitutivo. G. vo.

Genoíno, então, insistiu que o substitutivo não tinha número de assinaturas suficiente. Com a ajuda de Elquison Soares entrou com recurso para que a denúncia fosse examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, com a anulação do substitutivo.

Martins Filho aceitou levar o caso para a Comissão, mas a tentativa do PT fracassou: As assinaturas não podem mais ser retiradas, como explicou mais tarde o Senador Passos Porto (PDS-SE), que abriu a sessão.

As tentativas de obstrução começaram na abertura da sessão, às 14h50m, quando Passos Porto leu a lista de presença (30 Senadores e 143 Deputados). Genoíno pediu verificação de quórum, para saber se estavam no plenário os 80 Deputados e 12 senadores exigidos pelo regimento para abertura dos trabalhos. O sistema de som foi acionado e a Mesa, ao final da chamada nominal de 479 deputados e 89 Senadores, constatou número suficiente.

Genoíno usou novo artifício, denunciando que a Comissão Mista que examinou o substitutivo não cumpria o prazo regimental de cinco dias para o pedido de visita. Porto negou o pedido do Deputado para anulação do substitutivo, mas Genoíno ainda tentou recorrer ao plenário, sem êxito.

Foi a vez do deputado malufista Jorge Arbage (PDS-PA): ele alegou uma diferença entre o texto do substitutivo e o que foi publicado no aviso, mas também não

teve êxito. Somente depois dessa confusão ocupou a tribuna o primeiro orador, Deputado Epiácio Cafeteira (PMDB-MA) que, lembrando os compromissos assumidos por Tancredino Neves, protestou contra a tentativa de adiamento da convocação da Constituinte. Martins Filho (PMDB-RN), em seguida, ressaltou que "uma nova Constituição não resolverá tudo".

Coube a Genoíno o primeiro discurso contra o texto da convocação. O substitutivo, protestou, é uma encomenda ao Palácio do Planalto, "talvez pelas mãos de Célio Borja (assessor especial da presidência), Ministros militares". Pediu a rejeição do substitutivo, crítico os líderes da Aliança Democrática e acabou sendo acusado pelos Deputados Tomás Nonó (PFL-AL) e Nilson Gibson (PFL-PE) de fazer aliança com os malufistas. Ambos são ex-malufistas.

Os ataques ao substitutivo não se limitaram ao PT. José Machado (PDS-MG) disse que a Constituinte, tal como será convocada, "é mais ilegítima que o colégio eleitoral". Bonifácio de Andrada

(PDS-MG) considerou o substitutivo "uma farsa, uma traição do PMDB". A Constituinte, sustentou, não pode dividir seus poderes e, portanto, Câmara e Senado não podem funcionar ao mesmo tempo como Constituinte.

— E um escândalo político-constitucional — disse.

Amaral Neto (PDS-RJ), malufista, disse que o substitutivo era desmoralizante, enquanto José Machado (PDS-MG) condenou e chamou de uma constituinte "espúria, com apelo exclusivamente eleitoral". J.G. de Araújo Jorge (PDT-RJ) chamou a atenção para a ação das multinacionais e empresários, e não poupar críticas: a Constituinte, argumentou, tem que ser soberana para decidir sobre seu funcionamento.

Ao final, depois da confusão com as insistentes denúncias sobre o número de assinaturas no projeto, a primeira sessão foi encerrada, pouco antes das 19 horas, com um alerta de deputados da Aliança Democrática de que se estava tentando obstruir um dos principais compromissos assumidos pela Nova República com a nação: a garantia de uma Constituinte.

**dinheiro na Cédula é mais barato**

Na Cédula, Clientes Pontuais não pagam a última prestação ou parte dela. Aproveite! Ligue 221-9601 ou 221-9510. Fale com a Fátima. Ela aprova seu crédito em apenas duas horas!

**CÉDULA**  
Para nós, seu nome tem valor

## No Sul, Movimento faz vigília para impedir aprovação do texto de Giavarina

PORTO ALEGRE — Representantes do Movimento Gaúcho da Constituinte, que reúne mais de 100 entidades, iniciou ontem, no saguão da Assembleia Legislativa, uma vigília cívica contra a aprovação do substitutivo do Deputado Valmor Giavarina. "É preciso eliminar do Congresso o conluio de parlamentares do PMDB, PLF e PDS, com honrosas exceções que estão conspiran-

do contra os interesses populares", disse o Presidente da seção gaúcha da OAB, Luis Carlos Madeira.

— Todas as entidades que integram o movimento gaúcho da Constituinte entendem que a forma congressual é totalmente ilegítima. Mas, para não serem acusadas de intransigentes abriam a possibilidade de um plebiscito. Nem essa hipótese foi admitida — lamenta

## Lula acusa o PMDB de autoritarismo por insistir na tese da vinculação

SÃO PAULO — O Presidente do PT, Luis Inácio da Silva, o Lula, acusou o PMDB de tentar instituir o autoritarismo ao insistir na vinculação da Constituinte ao Congresso Nacional. Lula classificou de arbitrária a destituição do Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB), como relator da emenda da Constituinte por ter dado parecer favorável a um plebiscito

para saber da população como quer que seja realizada a Assembleia Nacional Constituinte. E ainda acusou o Senador Fernando Henrique Cardoso, candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, de defender o autoritarismo quando declarou que a destituição de Bierrenbach é um "ato de rotina no regime democrático".